

CAPÍTULO 7

FATORES PREVENTIVOS DE GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: IMPORTÂNCIA DA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO, ALIADA A EDUCAÇÃO E PARTICIPAÇÃO FAMILIAR

Thiago de Matos Bezerra
Cintia Chagas Matos

RESUMO

A adolescência é um período marcado por descobertas, porém, algumas experiências vividas nessa fase acabam por repercutir por toda a vida. Nesse contexto, a gravidez na adolescência é considerada um problema de saúde pública e possui percentual representativo de casos no Brasil. Logo, objetivou-se verificar a importância da divulgação de informação como fator preventivo da gravidez precoce, aliada a educação e participação familiar. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, que foi realizada em estudos indexados nas bases de dados: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), no período de 2018 a 2022, utilizando-se os seguintes descritores (DeCS): gravidez na adolescência, divulgação e prevenção. Ao fim, foram selecionados 7 estudos para compor o escopo da pesquisa, publicados em português. Os resultados mostraram que a gestação precoce pode interromper estágios da vida e atrapalhar o recebimento de educação formal, por meio da interrupção dos estudos, o que pode colaborar para a manutenção do ciclo da pobreza, por promover maior dificuldade de competir no mercado de trabalho. Além disso, também se destaca a família, pois a relação familiar é caracterizada como importante para a jovem, que pode influenciar na prevenção da gravidez, assim como ser um ponto de apoio social, dado que jovens que engravidam demandam maior apoio familiar. No entanto, um outro fator que soma na prevenção de gravidez precoce é a informação. Então, a divulgação de informação de qualidade é considerada um dos fatores que ajudam em sua prevenção, especialmente, na utilização de métodos contraceptivos.

PALAVRAS-CHAVE: Gravidez na adolescência. Divulgação. Prevenção.

1. INTRODUÇÃO

A adolescência é um período cheio de mudanças, sendo um período marcado por descobertas. Embora seja uma fase específica da vida, algumas experiências vividas nesse período, repercutem ao longo da vida.

Conforme a classificação da Organização Mundial da Saúde (OMS), a adolescência corresponde ao período entre 10 e 19 anos (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2017). Embora seja um período marcado pelo desenvolvimento de diversos aspectos que envolvem a vida, observam-se números relevantes de casos de gestações que ocorrem nessa faixa etária.

Em seu mais recente trabalho, a Fundação Abrinq divulgou que, no ano de 2021, mulheres que tem até 19 anos de idade geraram 13,6% dos partos ocorridos no Brasil (FUNDAÇÃO ABRINQ, 2023). Ao observar esses dados por região do país, percebe-se que o maior percentual de nascidos está na região norte, com 21,2% dos casos (FUNDAÇÃO ABRINQ, 2023). Ou seja, cerca de um a cada cinco partos ocorridos na região são de pubescentes.

Devido ao percentual representativo de jovens gestantes que podem ser incluídas na descrição apresentada, a gravidez na adolescência é considerada um problema de saúde pública (SOUZA JÚNIOR *et al.*, 2018). Assim, o presente estudo possui o objetivo de verificar a importância da divulgação de informação como fator preventivo da gravidez precoce, aliada a educação e participação familiar.

2. MÉTODO

O presente estudo trata-se de uma revisão integrativa da literatura. Em referência a seleção dos estudos, estes foram selecionados nas seguintes bases de dados: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS). A pesquisa restringiu-se aos trabalhos escritos no idioma português. O recorte temporal abrangeu o período 2018 a 2022.

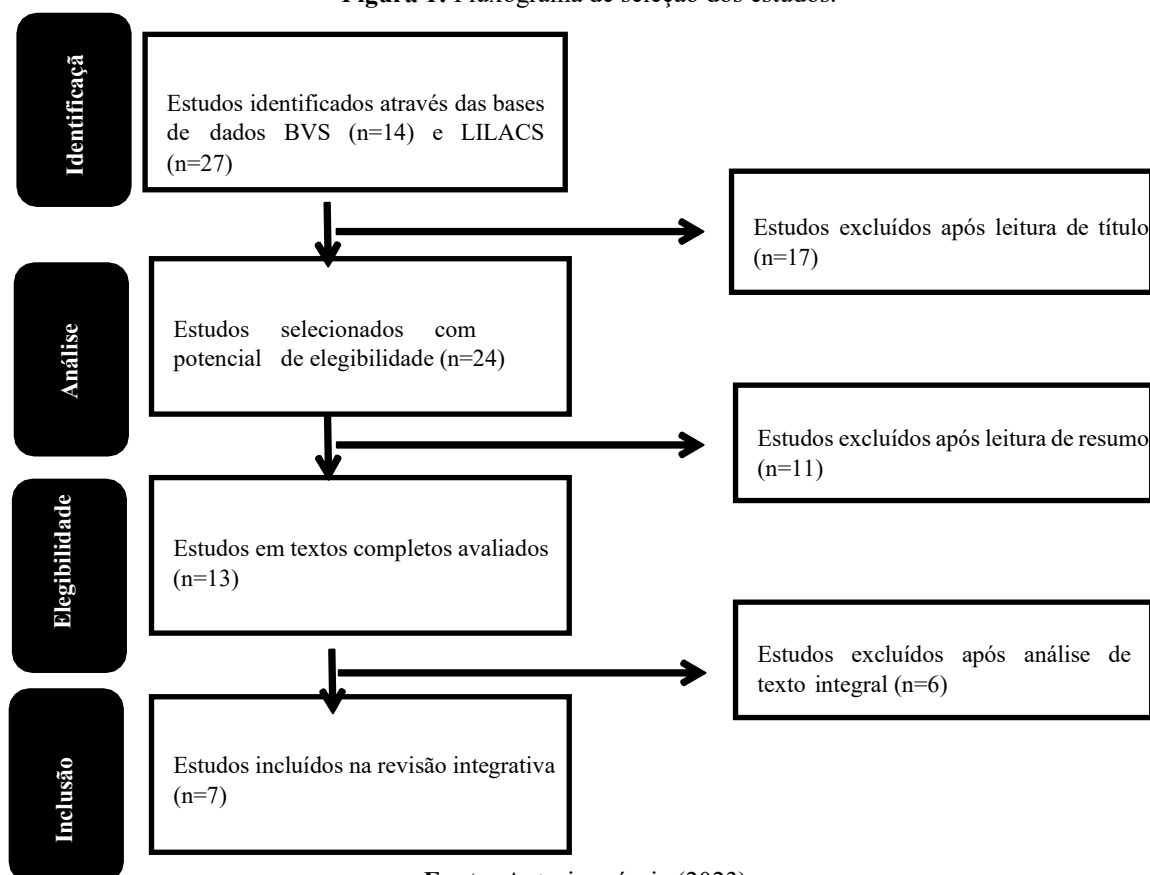
A estratégia de busca incluiu os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS). Então, utilizou-se os domínios principais de “gravidez na adolescência”, “divulgação” e “prevenção”. Os unitermos foram combinados utilizando o operador booleano “AND” para uso nas distintas bases de dados eletrônicas.

Como critérios de inclusão, foram utilizados estudos publicados na íntegra, desde que apresentassem alguma das palavras selecionadas. Como critérios de exclusão, utilizou-se: artigos que não se relacionam ao tema, que não se encontram disponibilizados eletronicamente na íntegra e estudos fora do recorte temporal.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após empregar os critérios, foram encontrados 41 artigos. Depois da leitura dos títulos, 17 artigos foram excluídos. Então, foram selecionados 24 estudos com potencial para serem elegíveis e, após a leitura do resumo, ocorreu a exclusão de 11 artigos. Em seguida, aconteceu a avaliação do texto completo dos 13 estudos restantes. Após a análise de texto integral, houve a exclusão de 6 trabalhos. Ao final, foram selecionados 7 artigos. Desse modo, uma síntese narrativa foi elaborada.

Figura 1: Fluxograma de seleção dos estudos.



Fonte: Autoria própria (2023).

Em seguida da combinação de duplas de descritores e, após a utilização dos critérios de exclusão, ocorreu a seleção de 7 artigos. Assim, a categorização dos estudos foi realizada através dos seguintes critérios: autor/ano, metodologia e título. Abaixo, os estudos encontram-se apresentados no Quadro 1.

Quadro 1: Caracterização dos estudos provenientes das bases de dados

Autor/Ano	Metodologia	Título
ALMEIDA <i>et al.</i> , 2019	Regressão logística multivariada	Desigualdades econômicas e raciais na assistência pré-natal de grávidas adolescentes, Brasil, 2011-2012
ALMEIDA <i>et al.</i> , 2020	Regressão logística multivariada	Prematuridade e gravidez na adolescência no Brasil, 2011-2012
FRIZZO <i>et al.</i> , 2019	Estudo transversal e qualitativo	Maternidade adolescente: a matriz de apoio e o contexto de depressão pós-parto
PINHEIRO; PEREIRA; FREITAS, 2019	Estudo transversal	Fatores associados à gravidez em adolescentes de um município do nordeste do Brasil
ROSANELI; COSTA; SUTILE, 2020	Estudo epidemiológico quantitativo	Proteção à vida e à saúde da gravidez na adolescência sob o olhar da Bioética
SOUSA <i>et al.</i> , 2018	Estudo transversal	Fatores preditores da evasão escolar entre adolescentes com experiência de gravidez
SOUZA JÚNIOR <i>et al.</i> , 2018	Revisão integrativa	Dilemas bioéticos na assistência médica às gestantes adolescentes

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

3.1 Educação na prevenção de gravidez

A gestação precoce pode interromper estágios da vida da jovem e desencadear uma série de implicações sociais. A gestação nessa faixa de idade pode atrapalhar no recebimento de educação formal, por meio da interrupção dos estudos, podendo até chegar ao abandono escolar (SOUSA *et al.*, 2018).

É reportado que um percentual de 75% das mães adolescentes abandona a escola (FUNDO DE POPULAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS; INSTITUTO PATRÍCIA GAVÃO, 2021). Logo, o comprometimento na educação formal é um fator que causa preocupação, uma vez que esta é considerada “[...] um fator protetor em razão da inclusão social que promove e porque a permanência dos jovens na escola reduz o risco da maternidade precoce, o que leva a associar a gestação adolescente à evasão escolar” (SOUSA *et al.*, 2018, p. 161).

No intuito de que a jovem gestante possa continuar seus estudos, foi sancionada a Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975, que estabelece o direito ao regime de exercícios domiciliares para a estudante. Segundo esta lei, a partir do oitavo mês de gestação e durante três meses, esta ficará assistida por tal direito, com início e término do período de afastamento sendo determinados por atestado médico que deve ser apresentado a instituição de ensino (BRASIL, 1975).

Embora possua uma legislação que, em algum grau, incentive a gestante estudante a poder continuar a realizar seus estudos, na prática, é notória a interferência que tal condição gera na vida das jovens, contribuindo para a evasão escolar (SOUSA *et al.*, 2018).

Outra questão que merece ser realçada é a relação entre a gravidez precoce e a pobreza. O fato desse tipo de gravidez, com frequência, contrapor a aquisição de educação formal é relatado como um colaborador da manutenção do ciclo intergeracional de pobreza (PINHEIRO; PEREIRA; FREITAS, 2019).

Na conjuntura apresentada, o aumento da chance de manutenção do ciclo da pobreza acontece em razão de que, ao colaborar para a evasão escolar, a gravidez na adolescência promove maior dificuldade dessas jovens de conseguirem competir no mercado de trabalho, de modo a dificultar sua ascensão econômica (ALMEIDA *et al.*, 2019).

3.2. Participação familiar na gravidez precoce

A gestação precoce costuma ser confundida com gravidez não planejada, no entanto, a relação entre as duas é complexa, de modo que nem sempre estão juntas. Isso manifesta-se pelo

fato de que “[...] nem todos os bebês nascidos de adolescentes resultam de gestações não planejadas” (BRASIL, 2018).

Os conflitos dentro da família aparecem como importantes no contexto que envolve a gravidez na adolescência. Assim, a busca por escapar de um ambiente familiar insalubre, em alguns casos, é relatada como fator que contribui para que a jovem pense na gravidez como uma forma de mudar esse cenário, o que demonstra a pesquisa *Nascer no Brasil*, realizada pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2016).

A pesquisa verificou que cerca de um terço das gestações em pubescente foram intencionais (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2016). Tal percentual representa uma proporção de um em cada três casos e destoa de um censo comum que, tradicionalmente, acredita que a gravidez nessa faixa etária surge apenas de um contexto indesejado, sem nenhum planejamento (BRASIL, 2018).

No cenário apresentado, pode surgir a ideia de que ser mãe “[...] pode ser uma tentativa de encontrar um lugar social onde, mesmo ilusoriamente, o dia a dia dessa adolescente se torne em algo que valha a pena ser vivido” (BRASIL, 2018). Então, o pensamento descrito pode apresentar-se como um dos incentivadores da pretensão de engravidar.

Então, do exposto nota-se que a ausência de que a jovem se sinta apoiada no âmbito familiar é vista como uma das possíveis causas que levam a gravidez na adolescência. Logo, é ressaltada a importância da participação familiar no cenário da gravidez, o que está verificado na demanda por apoio, dado que há pesquisas que demonstraram que ser mãe na adolescência acaba por demandar maior apoio familiar (FRIZZO *et al.*, 2019).

Sobre essa questão, em sua pesquisa, Frizzo e colaboradores (2019), verificaram que o apoio não anulou todas as experiências negativas, porém, elas foram amenizadas, o que fez com que “[...] as mães vivenciassem a experiência da maternidade de uma forma mais positiva” (FRIZZO *et al.*, 2019, p. 3).

Portanto, uma vez que a gravidez precoce não ocorre por fatores isolados e consoante ao fato de que a adolescência é uma fase de desenvolvimento, destaca-se a importância de que a família se apresente como um ponto de apoio social.

3.3 Divulgação de informação como fator de prevenção

Engravidar na adolescência costuma modificar o corpo da jovem, em um momento em que seu próprio corpo não está preparado para tal, de forma que este fator aumenta os riscos, expondo a mãe e o filho (SOUZA JÚNIOR *et al.*, 2018).

Um dos pontos que ser mãe nessa fase acarreta é o risco de ter parto prematuro, o que requer cuidado, dado que “[...] quanto mais jovem a gestante, maior a chance de parto prematuro espontâneo” (ALMEIDA *et al.*, 2020, p. 10). Para realizarem tal afirmação, Almeida e colaboradores (2020) relatam uma pesquisa que apresenta um percentual de que 60,7% dos partos prematuros ocorridos no Brasil, acontecem de modo espontâneo, relacionado a fatores como a gravidez na fase da adolescência (ALMEIDA *et al.*, 2020). Assim, a gravidez nessa faixa etária é apontada como um dos fatores que influencia no risco de parto prematuro.

Diante dos perigos que uma gravidez precoce ocasiona, há necessidade de que sejam fornecidas maiores e melhores informações para os jovens, pois o desconhecimento sobre sua própria saúde é apontado como um dos determinantes da gravidez (ROSANELI; COSTA; SUTILE, 2020). Logo, possuir informação sobre prevenção de gravidez é fundamental, com o destaque sobre a utilização de métodos contraceptivos, uma vez que, entre os cuidados nas práticas sexuais, sua utilização é relatada como um fator protetor importante no intuito de que não ocorra a gestação (PINHEIRO; PEREIRA; FREITAS, 2019).

Então, uma vez que a gravidez precoce é considerada um problema de saúde pública, é esperado que a divulgação de informação contribua para um maior cuidado relativo as práticas sexuais, o que irá colaborar para a prevenção da gestação na adolescência.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gravidez precoce pode ser causada por uma soma de fatores, no entanto, há fatores que podem atuar como preventivos para que sejam realizadas melhores escolhas relativas à sexualidade.

O fato de estudar demonstra-se significativo, uma vez que a obtenção de educação é apreciada como algo que pode colaborar para conscientizar, de modo que os adolescentes possam tomar melhores decisões referentes as suas práticas sexuais.

A participação da família também é um destaque no contexto da gravidez na adolescência, pois notou-se que o fato de uma vivência familiar insalubre atuou como um motivador a pretensão de engravidar. Por outro lado, foi verificada a importância do apoio

familiar, devido a uma gestação nessa fase da vida demandar que a família se apresente como um ponto de apoio social.

A necessidade de divulgação de informação a respeito de gravidez é importante, especialmente, no intuito de realizar sua prevenção. Nessa questão, ressalta-se a divulgação de conhecimento sobre os métodos contraceptivos. Logo, no atual cenário de divulgação de notícias com rapidez, em que há obtenção de notícias falsas ou incompletas, é fundamental que aconteça a divulgação de informação de qualidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. H. V. *et al.* Desigualdades econômicas e raciais na assistência pré-natal de grávidas adolescentes, Brasil, 2011-2012. **Rev. Bras. Saúde Mater. Infant.**, v. 19, n. 1, p. 53-62. 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/Tq5cCrtjhPyd64fwD3r5vnz/?format=pdf&lang=pt>>. Acessado em: Fev. 2023.

ALMEIDA, A. H. V. *et al.* Prematuridade e gravidez na adolescência no Brasil, 2011-2012. **Caderno saúde pública**, v. 36, n. 12. 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csp/a/6SLGV69GPhbkfhXbL4vZNVc/?format=pdf&lang=pt>>. Acessado em: Fev. 2023.

BRASIL. **Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975.** Atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-lei nº 1.044, de 1969, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 17 abr. 1975. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/16202.htm#:~:text=LEI%20No%206.202%2C%20DE,1969%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs>. Acessado em: Fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. **Proteger e cuidar da saúde de adolescentes na atenção básica.** 2ª ed., Brasília, 2018. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/proteger_cuidar_adolescentes_atencao_basica.pdf>. Acessado em: Fev. 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Saúde adolescente.** Genebra, SUI, 2017. Disponível em: <https://www.who.int/health-topics/adolescent-health/#tab=tab_1>. Acessado em: Fev. 2023.

FRIZZO, G. B. *et al.* Maternidade adolescente: a matriz de apoio e o contexto de depressão pós-parto. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 35, e3533. 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ptp/a/QhN89WKvjgLnz6cQffpyWcv/?format=pdf&lang=pt>>. Acessado em: Fev. 2023.

FUNDAÇÃO ABRINQ. **Cenário da infância e adolescência no Brasil.** 1ª ed., 2023. Disponível em: <https://www.fadc.org.br/sites/default/files/2023-03/cenario-da-infancia-e-adolescencia-no-brasil-2023.pdf>. Acessado em: Fev. 2023.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (Fiocruz). **Nascer no Brasil**. Rio de Janeiro, 2016.

FUNDO DE POPULAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS (UNFPA); INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **A pauta é saúde sexual e reprodutiva das mulheres: um guia para compreender e comunicar melhor**. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/guia_ssr_web.pdf>. Acessado em: Fev. 2023.

PINHEIRO, Y. T. *et al.* Fatores associados à gravidez em adolescentes de um município do nordeste do Brasil. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 27, n. 4, p. 363-367. 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cadsc/a/gW3nyKfVxBbKHLmF5mwmZ9f/?format=pdf&lang=pt>>. Acessado em: Fev. 2023.

ROSANELI, C. F.; COSTA, N. B.; SUTILE, V. M. Proteção à vida e à saúde da gravidez na adolescência sob o olhar da Bioética. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, e30011. 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/physis/a/h74Np8MT3gnF4Vq9F4DTVmh/?format=pdf&lang=pt>>. Acessado em: Fev. 2023.

SOUSA, C. R. O. *et al.* Fatores preditores da evasão escolar entre adolescentes com experiência de gravidez. **Caderno de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 160-169. 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cadsc/a/kn8yrCMhL3XhfGk3HvCxLgg/?format=pdf&lang=pt>>. Acessado em: Fev. 2023.

SOUZA JÚNIOR, E. V. *et al.* Dilemas bioéticos na assistência médica às gestantes adolescentes. **Revista Bioética**, Brasília, vol. 26, n. 1, Jan./Mar. 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/bioet/a/BNwhRpHLm3c4DZsZmrXzNzJ/?format=pdf&lang=pt>>. Acessado em: Fev. 2023.